

PERCORRENDO O PROCESSO HISTÓRICO DA RELAÇÃO DO GÊNERO E CLASSE: DISCUSSÕES ACERCA DO DESENVOLVIMENTO PARA A EDUCAÇÃO

Jaqueline de Sousa Pacheco¹
Jordana Maria Maciel de Pinho²
Lybya Vitória de Sousa Paz³
Juliana Maria Sousa Eloi de Abreu⁴
Wirla Risany Lima Carvalho⁵

INTRODUÇÃO

O presente excerto tem como objetivo refletir sobre o processo histórico da relação entre gênero e classe, a partir do viés da educação. Para tanto, utilizamos referenciais como: Hirata (2017), Louro (1997), Matos (2009), Scott (1995), entre outros autores que desenvolvem seus estudos e escritos nesta temática.

Nessa intenção, apresentamos que quando se fala em gênero, classes e educação numerosas são as questões que podem ser debatidas. A partir disso, é perceptível as opressões relacionadas a essas vertentes, a relevância de cada variável, os seus sentidos e a operação de compreensão das relações conjuntas, pois de fato não se sobrepõem e, sim, postulam correlações entre si. À desigualdade de gênero percorreram toda a história educacional desde os primórdios e em todos os países do mundo, ainda em contínua reprodução, de modo que estão postos padrões. (MATOS, 2009).

Para Joan Scott a re-apropriação do termo “história das mulheres”, que caminhou para gênero, não implicou numa tomada de poder, era na verdade uma inclusão das mulheres, não ameaçava crítica a hegemonia acadêmica. As mulheres não questionavam as leis, elas buscavam um reconhecimento como intelectuais. (MATOS, 2009).

Assim, lutar pela importância da trajetória da mulher na história significa ir de encontro às tradicionais abordagens históricas e romper com o que acreditava ser a “verdade”. Onde as ações e experiências das mulheres, não seriam adicionadas como um complemento sob os pressupostos do universo masculino. Era preciso, pois, haver uma redefinição teórico-metodológica, que lançasse mão de uma nova visão da realidade social e daí origina-se uma leitura social de gênero. (MATOS, 2009).

METODOLOGIA

Este trabalho teve fonte de pesquisa bibliográfica, delimitando o gênero para a luta de classes, em busca de articulação no processo de produção e reprodução da força de trabalho.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, jackbutrrfly.joy@gmail.com

² Graduanda do curso de Pedagogia, bolsista CAPES – PIBID da Universidade Federal do Piauí – UFPI, jordannapinho@gmail.com

³ Graduanda do curso de Pedagogia, bolsista CAPES – PIBID da Universidade Federal do Piauí – UFPI, lybyapazs@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí – UFPI, juliana_abreu12@gmail.com

⁵ Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, wirlar@gmail.com

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, de natureza bibliográfica, tendo dados coletados em revisões bibliográficas e através de análise documental.

DESENVOLVIMENTO

Ao analisarmos historicamente, observamos que os diferentes modos que as pessoas agem relacionam-se às aprendizagens socioculturais que os ensinam, exemplo disso é que existe a diferença de condutas entre pessoas de diferentes países. (LOURO, 1997).

Nesse contexto, as questões de gênero encontram-se propriamente associadas à forma como as pessoas concebem os diferentes papéis sociais e comportamentais que os relacionam, isso significa que as questões de gênero têm ligação direta com a disposição social de valores, desejos e comportamentos no que tange à sexualidade. Assim, a escola possui o grande papel de revelar estas diferenças, além de ser um importante instrumento na construção de valores e atitudes, que permitam um olhar mais crítico e reflexivo, ao invés de propagar as desigualdades, preconceitos e discriminações como enfatiza Louro (1997, p. 57):

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização.

Partindo da definição de Scott (1995) e seu pensamento sobre isso, o gênero é uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Portanto, as diferenças sexuais estão presentes nas mais diversas lutas pelo poder e nos processos de dominação. O qual possui representatividade diferente entre as culturas.

Observamos que na contemporaneidade existe ainda uma discrepância em relações a igualdade entre gênero. Podemos notar que em relação ao trabalho exercido por um homem e uma mulher com a mesma qualificação profissional, evidenciamos que o homem é ainda o melhor assalariado. Da mesma forma, observamos também essa diferença nas representatividades políticas onde a presença da mulher é inferior aos homens em números exorbitantes. Posto isso, onde é evidente que a mulher em algumas áreas possui maiores níveis de educação superior do que os homens, contudo, a situação de inferioridade das mulheres no mercado de trabalho permanece em voga. Indubitavelmente, inferimos que o meio social vigente beneficia mais o gênero masculino que é considerado “dominante”. Nesse ínterim, enquanto o âmbito escolar reforçar que existem profissões “femininas” e “masculinas” não contribuirá para uma educação igualitária. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; SCOTT, 1995).

A educação pode e deve ser usada como escudo protetor contra essa inércia que ocorre na sociedade, enquanto as relações de gênero na sociedade não forem explanadas de forma diferenciada, desde a educação básica, dificilmente haverá mudança. Para isso, há a contribuição da “pedagogia feminista” onde visa questionar a neutralidade no que se refere ao gênero e gerar reflexões, buscando contrapor-se à pedagogia tradicional que valoriza a competição. A “pedagogia feminista” valoriza o trabalho coletivo e este pode ser instrumento propulsor para a construção de uma nova visão social. Nasce, então, no seio feminista o conceito de interseccionalidade ao considerar a intersecção de raça, classe e gênero buscando romper com as assimetrias sociais. Já que uma luta não se sobrepõe a outra, não se pode esperar resolver uma para que, posteriormente, ocorra a intenção para resolução das outras lutas. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; SCOTT, 1995).

Nas reflexões de gênero, devemos compreender e analisar como há uma desvalorização ainda maior da mulher afrodescendente na sociedade, tanto no meio social

quanto no mercado de trabalho. Destarte, ao analisar as opressões nas relações de trabalho necessário se faz ressaltar o quanto as mulheres negras sofrem ainda mais que as brancas. Sendo parte disso devido às sequelas da desumanização, fruto amargo que a escravidão deixou, em que pudemos constatar que ao longo da história – proporcionalmente – a mulher afrodescendente sempre trabalhou mais fora de casa do que as mulheres brancas. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; MATOS, 2009; SCOTT, 1995).

Segundo Angela Davis (1944-), em seu livro “Mulher, raça e classe”, em 1981, nos Estados Unidos, as mulheres afrodescendentes eram mercadoria de mesmo valor que os homens afrodescendentes trabalhando nas lavouras sem distinção de gênero. Davis (2016) cita ainda que na construção do canal de Santee na Carolina do Norte as escravas correspondiam a 50% da força de trabalho. As mulheres negras como mercadoria ainda apresentavam o benefício de ser instrumento para o aumento da força de trabalho.

Já no Brasil, eram vistas como mercadoria de valor inferior, mesmo sendo usadas nos campos de lavouras algumas escravas eram recrutadas para o serviço doméstico ou para cuidar de crianças, também ainda serviam de instrumento sexual para os senhores e feitores, além de ser rotineiramente usadas para iniciação sexual dos filhos de senhores. (SILVA, 2019).

Nosso País recebeu de Portugal o costume das mulheres ricas não amamentarem seus filhos resultando em mais um meio de exploração do trabalho da mulher afrodescendente. Várias serviram como amas de leite sendo vendidas ou até mesmo alugadas para esta prática, muitas afrodescendentes libertas como forma de garantir a sua subsistência e de seus filhos prestavam esse serviço, as que não viviam em extrema pobreza desempenhavam esse papel após amamentarem seus filhos ao menos por alguns meses já as outras se viam amamentando as crianças brancas, enquanto seus filhos definhavam desnutridos até a morte e ao perderem os filhos era comum que elas transferissem o afeto e o carinho para crianças que amamentavam. Algumas se tornavam amas secas, uma espécie de babá, a elas era relegada a tarefa de cuidar das crianças. Atualmente, a mulher afrodescendente não está na condição de escrava, mas a ela ainda recai o estigma de ser mão de obra específica para o trabalho doméstico como se não pudessem ter outros tipos de ocupação. (SILVA, 2019).

A luta de gênero, portanto, é marcada por uma busca de novo paradigma, que supere a ideia de inferioridade da mulher, repensando “verdades” ditas como norteadores da vivência em sociedade. Faz-se necessário ter noção de como o “gênero” é constituído socialmente, assim como as suas atividades e papéis na sociedade, rejeitando que a ideia de que a única ligação se dá com o sexo, mesmo tendo base nessa ligação.

Esses preceitos e postulados tratados são muito pertinentes, pois há uma necessidade de refletir sobre as reproduções e opressão universal, mediante a exploração no campo de trabalho das mulheres e o conflito do âmbito de classes no processo histórico que vigora na sociedade contemporânea. Para enfatizar essa discussão, que reveste a percussão da legitimidade, referente às desigualdades entre os “sexos” e as relações de classe, partimos do processo do entendimento de análises de pressupostos que delegam a problematização em contrapartida dos mecanismos que sobrepõe a legitimação de um determinado sexo sobre o outro, e de oposições de classes sobre outras, determinadas e caracterizadas pela socialização e os meios da construção das relações e práticas sociais. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; MATOS, 2009; SCOTT, 1995).

Ainda na visão dos autores que desenvolvem esta temática, faz-se presente a contribuição e a determinação dessas divergências a partir do construto social, passado de geração a geração, na existência de valores e regras, obrigações e deveres que expressam o que é ser homem e o que é ser mulher dentre uma dada cultura e sociedade. Sendo, a partir do processo de sociabilidade, do coletivo, que reverbera a construção social do homem e de suas determinações.

O conceito de gênero remete também às noções de multiplicidade, diferença e de relações, ademais corrobora em outra vertente que passa pelo campo de reflexão sobre a existência do determinismo biológico, abrangendo para noções maiores de universalidade. Assim, é repensando esse processo de reprodução que se faz presente, que as séries de lutas para a mulher em seus campos de atuação, revitalizando os sentidos do dogmatismo que preconiza que o sexo feminino é “frágil”. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; MATOS, 2009; SCOTT, 1995).

Observamos que há um senso comum que sustenta a diferença entre o sexo masculino e feminino, que se reproduz nas camadas sociais, aumentando as dificuldades que as mulheres enfrentam. Mesmo assim, ainda observamos a relação do gênero e classe, pois ainda existe o processo no qual, mesmo com o processo de luta e em massa das mulheres pelos seus direitos, as classes as separam, pois compactuam com a desigualdade social. Sendo uma repressão que existe entre estas divergências e são referentes ao campo de classes sociais. (HIRATA, 2017; LOURO, 1997; MATOS, 2009; SCOTT, 1995).

No campo educacional, portanto, é possível notar uma forte impressão do patriarcado, onde as produções acadêmicas, assim como as regras e os costumes, tornam-se “refêns” dos padrões masculinos, chegando ao ponto de causar desprezos por assuntos produzidos por mulheres, que fogem do padrão, como suas verdades absolutas. Assim, historicamente, as mulheres tiveram uma educação distinta dos homens, que atendia às necessidades dos papéis sociais que lhe foram construídos. Papeis esses que, ao contrário do que muitos acreditam, não são biológicos, mas sim culturais, sociais e históricos, que sofrem constantes modificações ao longo das épocas.

A educação representava uma ameaça à tirania dos pais e maridos, daí sua proibição. Os meninos não poderiam ser tímidos, delicados, esperava-se rudeza no trato com as meninas, deveriam tornar-se homenzinhos e se comportarem como gente grande. (FREYRE, 1998, p.411).

Por fim, torna-se notável a pequena ou inexistente abordagem de conteúdo político em obras que tratam do assunto, o que causa uma redução das oportunidades e as potencialidades de mudanças. Destarte, os movimentos feministas da atualidade tentam modificar esses cenários instigando mais debates e conhecimentos políticos nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica que pudemos fazer, chegamos à compreensão de que a discussão de gênero é muito mais abrangente do que pensa o senso comum, ficando nítida a percepção da segregação entre as mulheres, para além da conhecida relação desigual de gênero entre homens e mulheres. No mesmo sentido, compreendemos o quanto uma educação igualitária pode libertar dessas estruturas reprodutoras de desigualdades, a partir de conhecimentos e costumes equivocados.

Diante dos fatos analisados, é possível detectar a defasagem que se há no campo educacional. Deste modo, é visível a falta da abordagem referente ao gênero e às especificidades da luta de classe quanto ao âmbito da aprendizagem. Em contrapartida, há uma luta maior, pois sem o devido conhecimento quanto às conquistas e a procura de ajustamentos, há uma interferência entre as possibilidades de igualdade referentes aos estereótipos estipulados pela sociedade. Em suma, faz-se necessário que o processo de educação disponha de mecanismos e práticas profissionais que contemplem os valores da representatividade do gênero e igualdade, possibilitando o conhecimento em perspectiva das possibilidades relacionadas ao papel do homem e da mulher.

Deveras, a escola é uma das esferas sociais por onde transitam conceitos, valores, crenças e relações. Sobretudo, precisamos apresentar, compreender e refletir sobre estas abordagens para geração de entendimento das interferências que partem das relações de desigualdades sociais e os estereótipos de gêneros, além dos seus papéis em sociedade.

Nesse contexto, as lutas feministas mesmo dando passos importantes na conquista de direitos, não conseguem por si só solucionar os problemas relacionados às mulheres, já que dentro do gênero “mulher”, existem diferentes classes, que se caracterizam como relações sociais, econômicas e culturais.

Porquanto, há séculos as mulheres são oprimidas pela ação do patriarcado, no entanto um dos elementos novos que este estudo mostra é que mulheres também oprimem outras que são socialmente desfavorecidas. Isto fragiliza, demonstrando sequela de uma sociedade em que o patriarcado é basilar. Tornou-se evidente também que a relação de raça, gênero e classe estão imbricadas. Ademais, vimos que a busca por soluções dessas desigualdades em separados pode incorrer em erros, não sendo eficiente e abrindo portas ao termo interseccionalidade.

Concluimos, portanto, que se as mulheres brancas sofrem preconceito e discriminação nas relações de trabalho é verossímil dizer que para as mulheres afrodescendentes a problemática é ainda maior, pois o trabalho delas é explorado ao longo da história sem reconhecimento, sem valorização e sem formas de superação efetivas dessas condições. Hoje, ainda atuantes, estas condições continuam a existir de forma velada e até, muitas vezes, infelizmente, de forma explícita e agressiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Emília Souza. Pelo avesso da cultura: o feminino. In: **Insight Psicoterapia**. 1992, 17, p. 12-15.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HIRATA, Helena. **Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe**, 2017. (Apresentação de Trabalho/Comunicação)
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade, educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SCOTT, Joan. **Gênero**: uma Categoria Útil de Análise Histórica. *Educação e Realidade*. 20 (2), p.71-99, 1995.
- SILVA, Robson Roberto. **A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX**. 2019. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/22618/19136>